



**Grupo Parlamentar**

**Intervenção do Senhor Deputado  
António Maria Gonçalves no período  
legislativo de Setembro**

**Senhor Presidente**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhora e Senhores Membros do Governo**

Quero começar por saudar-vos no início desta sessão legislativa, formulando votos de um bom trabalho para todos e cada um de nós.

No período legislativo de Junho passado foi aprovada, neste Plenário, uma proposta de decreto legislativo regional – hoje já em vigor – relativa ao Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico.

Esse Fundo, tem como fundamentos justificativos, entre outros, o facto da nossa condição arquipelágica impor, cada vez mais, a adopção de políticas de fomento ao desenvolvimento, que sejam orientadas no sentido de um crescimento equilibrado, quer dos

sectores de actividade que sustentam a base económica regional, quer das parcelas que integram o espaço territorial da Região.

Entendeu o Governo, quando propôs a criação desse Fundo, que este era um dos instrumentos mais adequados para proporcionar o desenvolvimento económico e social integrado dos Açores face à existência de ilhas onde a redução efectiva das desvantagens estruturais existentes está acrescidamente dependente do esforço de realização de investimento público, sem o qual não será possível valorizar as potencialidades económicas, favorecer o crescimento sustentado das economias locais e caminhar no sentido da coesão económica, social e territorial.

Nessa base, o novo Fundo de que agora dispomos integra um conjunto de instrumentos de intervenção pública vocacionados para a promoção da coesão territorial e de incentivo ao desenvolvimento económico em ilhas como o Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria, ou se preferirem, as ditas ilhas pequenas.

**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

**Senhores Membros do Governo**

A ilha das Flores tem hoje uma população residente de cerca de 4000 habitantes.

Existem freguesias onde o número de habitantes nelas residente é muito reduzido, como é o caso da freguesia do Mosteiro, no concelho das Lajes, que tem apenas 50 pessoas, ou da freguesia da Caveira, no concelho de Santa Cruz, que só tem 78.

Nas vilas sedes de concelho residem 540 habitantes nas Lajes das Flores e 1810 na de Santa Cruz das Flores.

Estes dados representam uma perda de população na ilha das Flores de cerca de 26%, por comparação ao ano de 1970.

Em trinta anos, a população da ilha das Flores passou de 5379 para 3995 habitantes. Ou seja, vivem hoje nas Flores menos 1384 pessoas do que viviam em 1970 e menos 334 do que em 1991.

Estimativas não oficiais apontam para o facto de viverem na ilha de São Miguel cerca de 300 florentinos. Isto é, vivem em São Miguel mais florentinos do que em 8 das 11 freguesias dos 2 concelhos da ilha das Flores, se individualmente consideradas.

Esta tendência para o êxodo de algumas das nossas ilhas e da qual as Flores é apenas um exemplo, somada ao envelhecimento populacional generalizado da Região, torna-se muito preocupante, sobretudo para quem lá ainda vive e trabalha.

Não contradigo quem afirma que nos Açores o envelhecimento populacional deve ser analisado ilha a ilha, o que afirmo é que na minha ilha ele existe e a perda de população também.

A incapacidade de fixar população, sobretudo população jovem, que sendo aquela que é mais qualificada do ponto de vista da

escolarização e aptidão profissional e que se encontra em idade activa, é um factor que nos deve fazer agir rapidamente.

Se é um dado assumido que a perda e envelhecimento populacionais são factores com repercussões ao nível do dinamismo da actividade económica e com reflexos no desenvolvimento de cada uma das nossas ilhas e, também, que a descontinuidade territorial é agravada por esses factores, então, é preciso traçarmos fortes medidas de fomento da coesão sócio-económica inter-regional.

Cabe às entidades públicas e em especial ao Governo, porque dispõe dos adequados instrumentos e meios financeiros, como por exemplo o Fundo a que já me referi, promover a coesão socio-económica e territorial da Região.

Neste contexto, as ilhas mais problemáticas em termos de dimensão demográfica e a sustentabilidade das soluções recusam atitudes de condescendência com políticas que defendam a persistência de modelos ultrapassados. A fixação da população é uma condição indispensável para garantir a viabilidade de qualquer projecto social ou político.

É preciso identificarem-se oportunidades de excelência e criar um estímulo adicional para que em cada uma das nossas ilhas seja possível fixar população em idade activa. Isso implica a realização de um esforço acrescido na identificação das áreas a intervir, seja ao nível da criação de emprego, da educação, da saúde, dos transportes e acessibilidades.

O desenvolvimento do sector do turismo deve procurar criar nessas ilhas segmentos de mercado que sejam fortemente marcados pelas vantagens locais, como as da ruralidade e da paisagem, e

assim contribuir para um aumento da população flutuante em cada uma delas, factor também necessário para a dinamização da actividade económica.

Para tanto, o investimento em mais e melhores condições de transportes, logística e acessibilidades são factores que se impõem.

São factores que fazem cumprir verdadeiramente o esforço de coesão.

A análise social e política constituem uma prioridade!

É urgente e fundamental que se promovam debates com a participação alargada de especialistas e de empresários para se estudar e facultar a adopção das soluções mais adequadas.

Nas Flores, tal como no Corvo, na Graciosa, em São Jorge ou em Santa Maria, temos expectativas de uma melhor qualidade de vida, não nos queremos deixar abater pelo conformismo, precisamos de uma ajuda para assumirmos um espírito novo, que nos torne mais empreendedores, que nos devolva a esperança.

Reclamamos, com sentido estratégico regional, solidariedade para lutarmos pela convergência.

O desenvolvimento económico baseado em renovados modelos agro-rurais e de serviços, poderão ajudar na fixação e atracção de população em idade activa.

Não queremos ficar sujeitos à sentença de que a ausência de dinamismo económico levará à morte do povoamento.

Temos capacidade para agarrar o desenvolvimento apoiado.

Os instrumentos, medidas e investimentos públicos têm efectivamente que ser concretizados.

Disse.